

# CONIMBRIGA

VOLUME LVIII • 2019

I  
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS  
U

COELHO, Rui Gomes, O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2018, 153 pp. [ISBN 978-972-671-486-6].

[https://doi.org/10.14195/1647-8657\\_58\\_13](https://doi.org/10.14195/1647-8657_58_13)

“O Arqueólogo Cordial” é um livro sobre o processo de consolidação da prática arqueológica em Portugal. Rui Gomes Coelho privilegiou a análise das dinâmicas de institucionalização, demonstrando o modo como durante o Estado Novo foi, por um lado, retrabalhado um conjunto de condições e orientações que começaram a emergir desde os finais do século XIX; e, por outro lado, lançadas as condições para que a prática arqueológica se desenvolva depois de 1974.

É um estudo sobre a consolidação de uma elite socioprofissional – a que damos o nome de os arqueólogos – e sobre as estratégias institucionais de seleção de pessoas, comportamentos e ideias, que conformam esta elite. Nesta medida, é também um texto que nos interpela a compreender os preconceitos e os preceitos com os quais se fazem os arqueólogos; e nos leva a perguntar quais são, afinal, os limites e as possibilidades de sermos arqueólogos.

Este estudo é apresentado em três capítulos. Os capítulos “Antecedentes em ditadura” e “Arqueologia à mesa da Junta Nacional da Educação” traçam um quadro evolutivo acerca do lugar da arqueologia nos serviços do estado, dando conta da importância da articulação entre a prática arqueológica e as dinâmicas de um estado-nação no processo de institucionalização do saber arqueológico e da sua importância na gestão de um dos recursos do território: o património. O capítulo “Instituições e a economia dos afetos” revisita este quadro evolutivo e as suas dinâmicas de tutela, a partir de uma análise cruzada de vários tipos de documentos que testemunham o tom das relações de diferentes episódios deste processo. Entre os diferentes tons e teores dos episódios, Rui Gomes Coelho, inspirando-se nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e de José Gil (2005), salienta a cordialidade como estratégia de uma economia de afetos com a qual é orientada a negociação interpessoal e a manutenção da coesão interna da comunidade de arqueólogos. Uma cordialidade, que sendo proveniente dos diferentes cenários em que se movimentam estes atores, permite que as dinâmicas desses cenários participem nas condições epistémicas do saber arqueológico. Acrescente-se que o livro é prefaciado por Manuel Loff, que

convida o leitor a pensar a perspectiva lançada por Rui Gomes Coelho no âmbito da relação mais ampla entre elites socioprofissionais, instituições e fascismos.

Com a estruturação do estudo acima descrita, o autor compõe uma narrativa que joga a duas escalas de análise: a grande história das instituições e as pequenas histórias das práticas em que emergem, se transformam e cristalizam as dinâmicas institucionais.

Nestes dois andamentos, há uma lenda branca – a lenda dos espaços institucionais e dos seus projetos – uma lenda feita de percalços, muitas vezes justificados pela condição de parente pobre da arqueologia num país igualmente pobre. E há também uma lenda negra, onde os percalços são, fundamentalmente, o choque entre os humores (ou os amores) dos arqueólogos e das suas agendas pessoais; uma lenda acerca dos conflitos de vontades e infâmias individuais negociadas sob o signo da necessidade da concórdia e do bem comum. Com estas duas lendas, Rui Gomes Coelho vai nos dando a conhecer uma prática discursiva, a que dá nome o arqueólogo cordial, na qual se atualiza a relação entre a Lei de uma lenda branca e a Norma de uma lenda negra. A Lei da formalidade do campo jurídico e administrativo, que se pretende estabelecer para tutelar institucionalmente a arqueologia. A Norma que aglutina indivíduos, instituições e saberes em torno de uma disciplina de afetos tutelada por personagens e valores considerados maiores.

É entre esta Lei e esta Norma que é questionada a possibilidade de se ser arqueólogo. E de se ser arqueólogo numa teia que cruza: processos de burocratização associados à regulação da prática arqueológica por parte do Estado; e dinâmicas de seleção de atores e de programas que dão corpo, interesses e conferem uma orientação a esses processos. Esta teia cruza também esquemas de reconhecimento de mérito pessoal, aferidos no quadro de uma disciplina científica suportada por uma elite socioeconómica que se revê nesta disciplina; esquemas estes que legitimam as dinâmicas de seleção de atores e programas (ou as esferas de inclusão e exclusão que daí resultam) e uma topografia de relações que define a prática arqueológica. Por último, esta é também uma teia onde são amortizadas as paixões de todos estes atores; são amortizadas num diagrama de afetos (num poder dos afetos – num poder de afetar) em forma de cordialidade.

Focando-se nesta teia, é demonstrado o modo como a cordialidade permitiu ativar e atualizar diferentes tipos de racionalidade. Primeiro, a racionalidade disciplinar, que visa controlar internamente as práticas e consolidar a relevância científica e social da arqueologia; uma relevância que se formaliza na reunião dos arqueólogos em torno de uma mesa, da Junta Nacional de Educação, uma mesa para ordenar e regular a prática arqueológica. Depois, a racionalidade dos afetos que, nas suas insinuações e concretizações, vai redistribuindo os lugares a esta mesa e consignando – numa dinâmica corporativista – diferentes poderes que se encontravam dispersos. E, por último, a cordialidade como um diagrama para orientar a racionalidade institucional, ou para orientar uma eficácia administrativa cujo propósito é emancipar/regular os arqueólogos.

Esta cordialidade em que se forjam os arqueólogos é uma prática discursiva em íntima relação com as estruturas do Estado e com o contexto histórico em que se forma. Sendo também esta cordialidade que, naturalizando-se na prática científica e social dos arqueólogos, permite que a elite resista às mudanças políticas e se atualize face a novos desafios. Com esta cordialidade são lançadas as condições para a emergência de uma arqueologia administrativa que, fidelizada numa ideia de bem comum centrada no património, estaria, aparentemente, imune aos interesses dos regimes políticos.

Uma cordialidade cuja eficácia (do ponto de vista do governo que permite fazer) advém, também, da sua associação a um modelo patriarcal de ordenação das relações entre os indivíduos e as suas vontades. Uma cordialidade que permite ultrapassar os inconvenientes e desconfortos da impessoalidade das dinâmicas administrativas através de um ritual de reconhecimento e homenagem. Neste ritual de homenagem vai sendo institucionalizado um modelo patriarcal, no qual as figuras tutelares permitem atualizar redes de clientela e de contrapoderes, fortalecendo este modo de governar, controlar e consolidar a elite socioprofissional a que correspondem os arqueólogos. Uma elite que se forja na senda da salvaguarda do património e das memórias materiais de um passado comum; e uma elite que usa da sua autoridade no estudo deste património para se afirmar face a outras elites e, assim, se salvar enquanto elite.

A propósito das espirais de inclusão e exclusão em que se forma esta elite, convém lembrar o que nos diz Michael Shanks (2012) no seu livro *The archaeological imagination*. Nesta obra, a arqueologia é revisitada do ponto de vista de uma genealogia acerca da experiência dos vestígios do passado. Com esta perspetiva, Shanks demonstra como a ciência arqueológica é, fundamentalmente, o produto de uma imaginação que se configura entre as noções de presença, de voz, de terra, de propriedade, de identidade e sentimento de pertença de um conjunto de antiquários europeus dos séculos XVIII e XIX (ibid.: 148-149). Ou seja, entre as condições para a emergência da arqueologia, há uma elite socioeconómica de um determinado contexto geopolítico que apresenta um gosto pela experiência dos vestígios do passado. Neste sentido, a arqueologia é um produto do horizonte de imaginação desta elite e entrecruza-se com outras representações e projetos socioculturais desta mesma elite. Um horizonte de imaginação no qual o passado, ou a diferença do passado, é governada no sentido de legitimar a ordem, as derivações e os governos dessa mesma elite.

Demonstrando a ligação da arqueologia enquanto ciência ao horizonte de imaginação de uma elite, Shanks chama a atenção para os contornos da sensibilidade arqueológica; uma sensibilidade arqueológica que se forja num processo de disciplinarização, institucionalização e profissionalização do gosto pelos vestígios do passado. Uma sensibilidade arqueológica que permitiu que este gosto, muitas das vezes desenvolvido no espaço íntimo dos gabinetes dos antiquários e em reuniões igualmente íntimas de vários senhores curiosos

pela diferença e pelo segredo dos objetos, se fosse consolidando enquanto prática social e chegasse, durante século XX, enquanto uma possibilidade de carreira profissional no horizonte das expectativas socioeconómicas de diferentes agentes. Esta sensibilidade arqueológica (forjada do quadro de uma sensibilidade branca e masculina, dada à ritualidade do toque, à troca cortês de objetos de mão em mão e à confiança do seu segredo) precisava necessariamente de uma economia de afetos para se desenvolver, encontrando na cordialidade (patriarcal e clientelar), a dinâmica necessária para continuar esta esfera de intimidade que a viu nascer; uma cordialidade que permite confundir espaços públicos e privados, procedimentos pessoais e impessoais, estratégias comuns e agendas individuais que conformam os serviços e a sensibilidade administrativa que regula a arqueologia.

Uma sensibilidade administrativa que se desenvolve nos serviços do estado, nas universidades, nas associações e nas empresas privadas, e com a qual nos temos de relacionar para sermos arqueólogos. Uma sensibilidade que nos leva a fazer amigos, como nos diz Rui Gomes Coelho logo no início do livro. Foi para compreender a amplitude desta expressão, que lhe foi dita por um professor, que escreveu este livro. A expressão fazer amigos levou-o a prestar atenção à cordialidade como prática discursiva e o modo como o arqueólogo cordial animou o processo de consolidação da arqueologia em Portugal. Mas a expressão fazer amigos, com a sua natureza precisa e difusa, racional e afetiva, usando as palavras de Rui Gomes Coelho (p. 21), apresenta uma ambiguidade e uma potência a descobrir. A amizade pressupõe estruturas de relacionamento horizontais que se opõem à verticalidade das estruturas de um poder de modelo patriarcal; a amizade com a sua informalidade é uma alternativa à oposição entre a impessoalidade burocrática e o rosto benevolente de um patriarca; ser amigo é aceitar responsabilidades, não é um serviço administrativo nem é um tipo de fidelização; fazer amigos é uma aventura... porque a amizade acontece, não se prevê. Com esta sua dimensão aleatória, a amizade é uma forma de resistência na máquina de fazer arqueólogos. Cuidar desta amizade é uma prática necessária para multiplicar as possibilidades de ser-se arqueólogo e de transformar a prática arqueológica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GIL, José. 2005 [2004]. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio D'Água.  
HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1995 [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.  
SHANKS, Michael 2012. *The archaeological imagination*. New York: Routledge.

Sérgio Gomes  
CEAACP – UC

*Bolseiro de pós-doutoramento FCT (SFRH/BPD/100203/2014)*